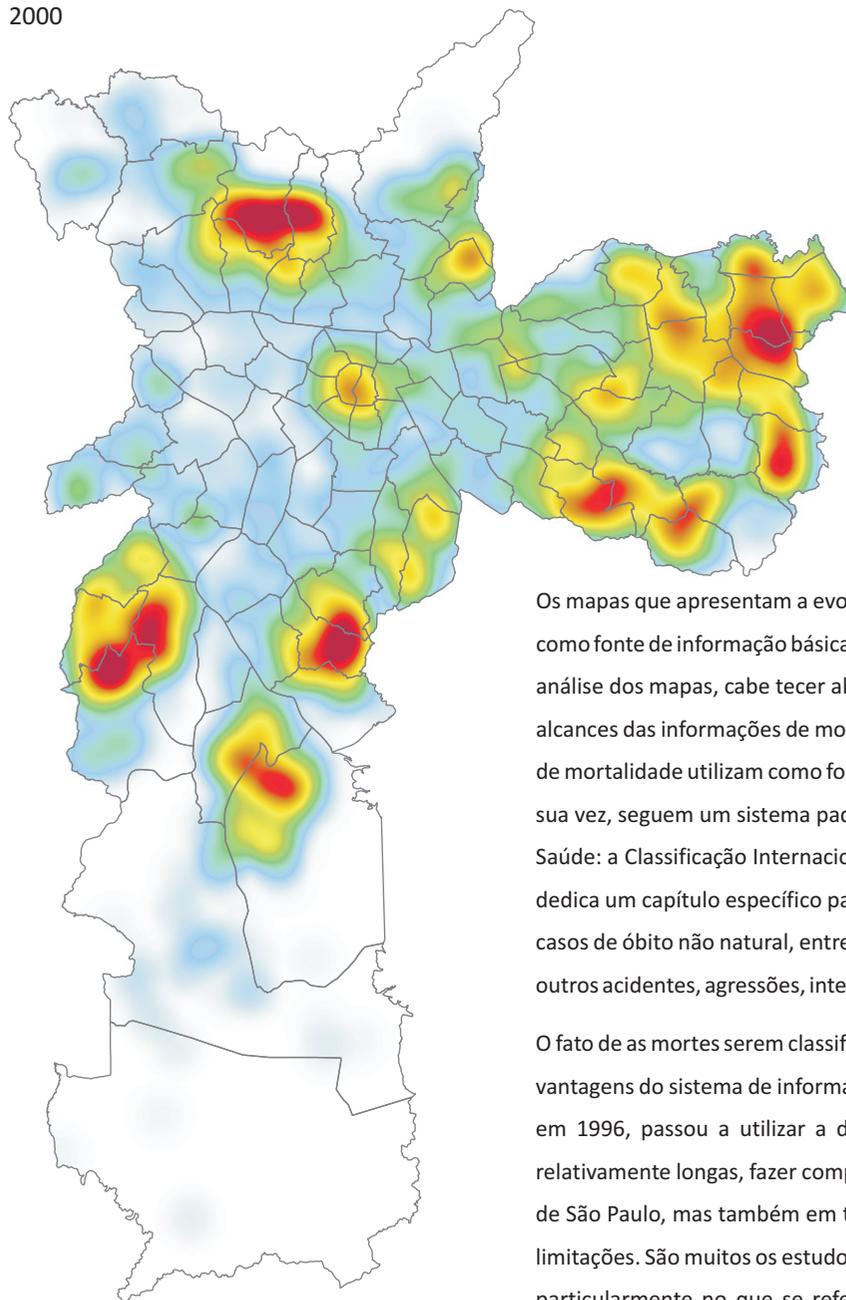


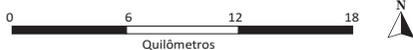
## Mortes por agressão 2000



Densidade de ocorrências

Baixa Alta

Distritos



Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade – PRO-AIM.

## Densidade de ocorrências de morte por agressão no Município de São Paulo, 2000 a 2005

Maria Fernanda Tourinho Peres\*

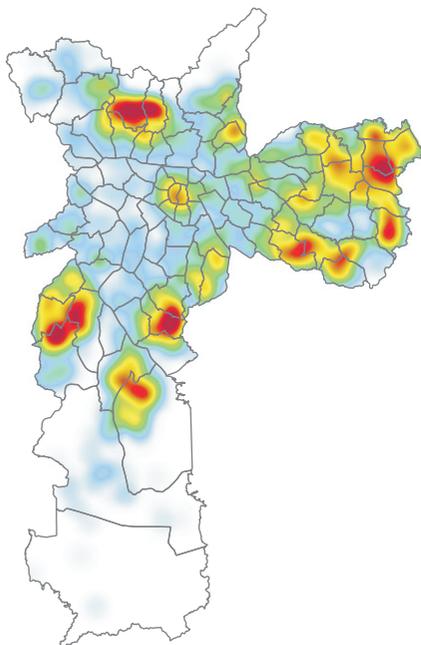
Os mapas que apresentam a evolução de mortes por agressão no Município de São Paulo utilizam como fonte de informação básica a base de dados de mortalidade da Prefeitura. Antes de fazer uma análise dos mapas, cabe tecer alguns comentários sobre a referida fonte, destacando os limites e alcances das informações de mortalidade para análise da situação de violência. As bases de dados de mortalidade utilizam como fonte primária de informações as declarações de óbito, as quais, por sua vez, seguem um sistema padronizado de classificação proposto pela Organização Mundial de Saúde: a Classificação Internacional das Doenças, hoje em sua décima revisão (CID-10). A CID-10 dedica um capítulo específico para as chamadas causas externas, no qual se enquadram todos os casos de óbito não natural, entre os quais aqueles ocorridos por suicídio, acidentes de transporte, outros acidentes, agressões, intervenção legal e os óbitos cuja intencionalidade é indeterminada.

O fato de as mortes serem classificadas com base em um sistema padronizado é uma das principais vantagens do sistema de informações sobre mortalidade. No Brasil, desde 1979, utiliza-se a CID e, em 1996, passou a utilizar a décima revisão. É possível, portanto, construir séries históricas relativamente longas, fazer comparações no tempo e no espaço, não apenas dentro do município de São Paulo, mas também em todo território nacional. Esse sistema, entretanto, não é livre de limitações. São muitos os estudos que discutem os problemas das bases de dados de mortalidade, particularmente no que se refere à classificação das mortes por causas externas. O principal problema reside no uso da categoria óbitos cuja intencionalidade é indeterminada, o que acaba por levar a uma subestimação das mortes por agressão. Isso interfere não apenas na comparação espacial, como também, na análise temporal, uma vez que variações no uso dessa categoria ao longo do tempo podem distorcer séries históricas. Alguns pesquisadores chegam a recomendar que esses óbitos – ou ao menos parte deles – sejam incluídos entre as mortes por agressões, objetivando corrigir as eventuais distorções nas taxas de mortalidade. Uma forma alternativa de lidar com este problema é analisar a evolução/distribuição da mortalidade por agressões juntamente com a evolução/distribuição da mortalidade por óbitos cuja intencionalidade é indeterminada. Assim, é possível ter uma maior clareza acerca das disparidades espaciais e de eventuais quedas ou aumentos detectados ao longo do tempo.

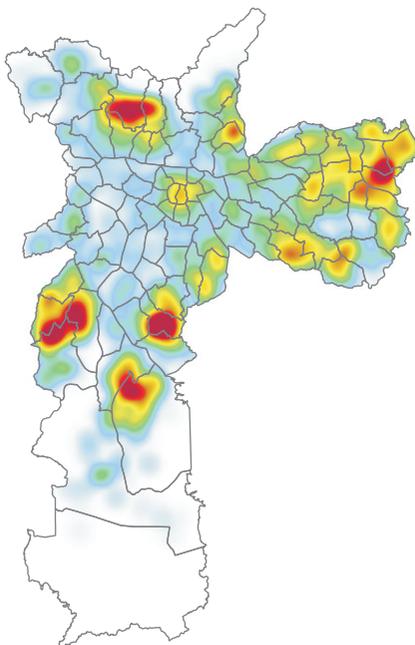
\*Coordenadora de projetos do Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP.

## Mortes por agressão 2000 a 2005

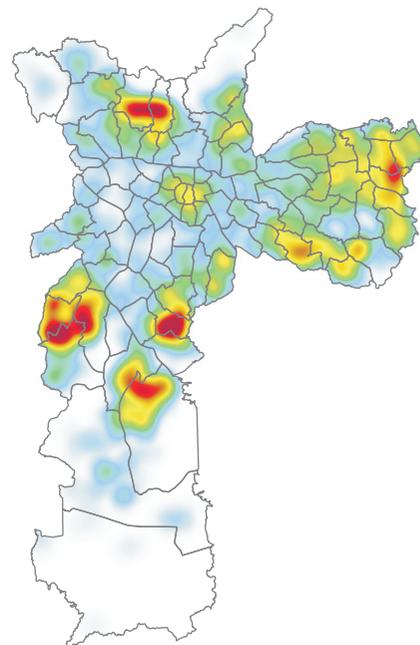
2000



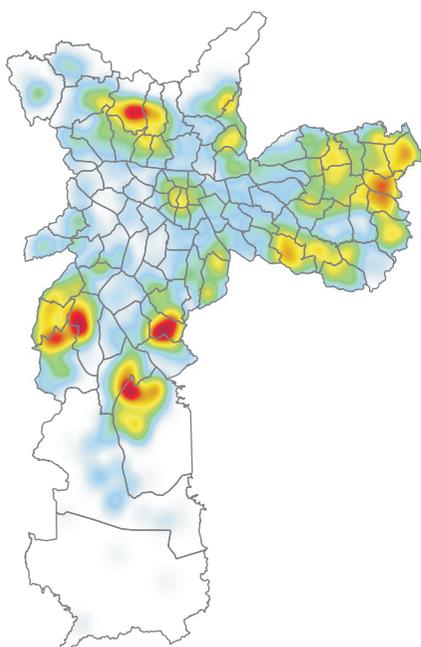
2001



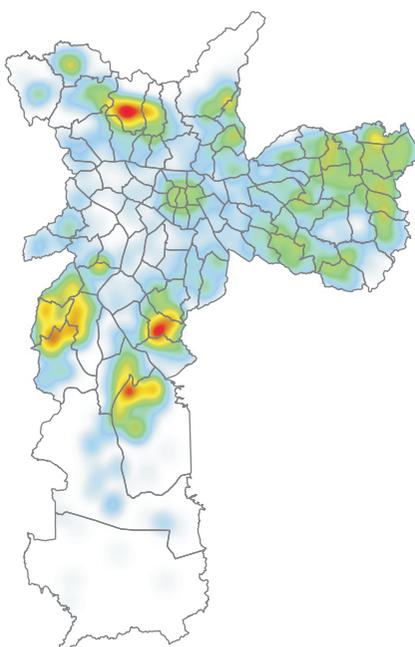
2002



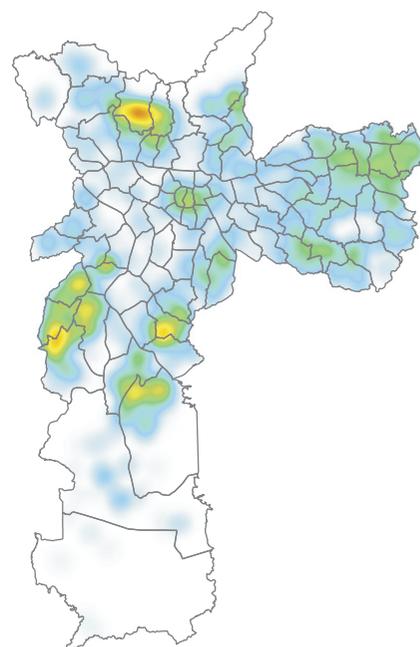
2003



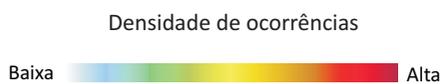
2004



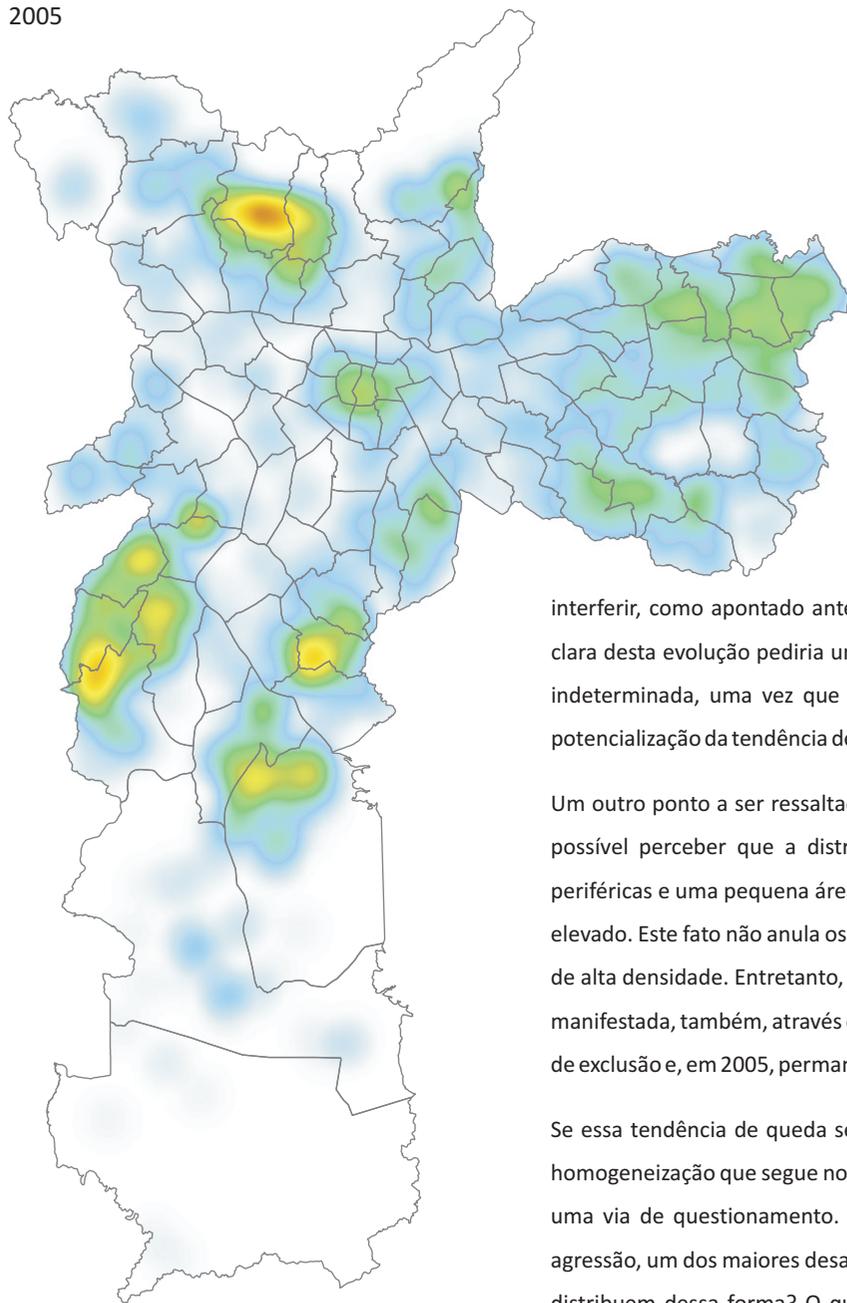
2005



Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade – PRO-AIM.



**Mortes por agressão**  
2005



É tendo em mente esta limitação potencial que se analisa a série de mapas apresentada, que mostra uma redução das áreas de maior risco, entre 2000 e 2005. A tendência de queda expressa nos mapas é consistente, ou seja, a cada ano percebe-se uma redução da mancha de alta densidade, a qual, em 2005, limita-se a apenas uma pequena área situada na zona Norte. A análise desta tendência, entretanto, deve ser feita com cautela, uma vez que eventuais oscilações na qualidade da classificação podem

interferir, como apontado anteriormente, na análise de séries históricas. Uma apreciação mais clara desta evolução pediria uma análise conjunta da evolução dos óbitos com intencionalidade indeterminada, uma vez que um hipotético aumento no uso desta categoria refletir-se-ia na potencialização da tendência de queda.

Um outro ponto a ser ressaltado é que, apesar do encolhimento das áreas de alta densidade, é possível perceber que a distribuição de risco mantém-se inalterada no Município: as áreas periféricas e uma pequena área na região central continuam, em 2005, como áreas de risco mais elevado. Este fato não anula os ganhos para a vida dos paulistanos expressos na queda da mancha de alta densidade. Entretanto, observa-se na série de mapas que ainda é patente a desigualdade manifestada, também, através do risco de morte por agressão: era maior, em 2000, nas áreas ditas de exclusão e, em 2005, permanece maior nessas mesmas áreas.

Se essa tendência de queda se confirma e se mantém, tudo indica que caminhamos para uma homogeneização que segue no sentido da baixa densidade de mortes. Essa constatação abre mais uma via de questionamento. Quando se analisam a distribuição e a evolução de mortes por agressão, um dos maiores desafios é compreender os achados: Por que as mortes por agressão se distribuem dessa forma? O que explica essa tendência de queda? Muitos estudos abordam a primeira questão – em São Paulo, Recife, Salvador, Rio de Janeiro – e chegam a resultados comuns: as mortes por agressão concentram-se em áreas com piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, mais carentes de políticas públicas de qualidade. Já a segunda questão ainda permanece em aberto. Se a evolução segue os mesmos determinantes da distribuição espacial, mudanças importantes ao longo do tempo, no que se refere à implementação e melhoria de políticas e programas, devem se sobrepôr, como chave explicativa, a eventuais oscilações na qualidade dos dados.

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade – PRO-AIM.

Resta-nos o desafio de encontrar e entender as causas da redução da mancha de alta densidade de mortes por agressão, passo fundamental para a consolidação da tendência de reversão e para a formulação de políticas preventivas verdadeiramente eficazes.